

gremio casa de aposta

<p>A Comissão dos Deputados aprovou, na madrugada desta sexta-feira (22) Tj T*

ine, conhecidas como bets. Segundo o texto, que segue agora para a sanção presidencial, serão tributadas empresas e apostadores, além de definir as regras do serviço e divisão da arrecadação;

</p>

<p>Esta é uma das medidas do governo que busca aumentar a arrecadação para alcançar a meta de zerar o déficit nas contas públicas em 2024. O projeto, aprovado por 292 votos a 114, encontrou impasse durante a tramitação na Casa Baixa, que o relator da matéria, Adolfo Viana (PSDB-BA), propôs incluir a taxa dos cassinos online, mas a ideia enfrentou resistência entre os congressistas.</p>

<p>A bancada evangélica, durante a sessão no plenário, tentou obstruir a votação e o líder da Frente Parlamentar Evangélica, Eli Borges (PL-TO), avaliou que a matéria não traria os benefícios apontados pelo Ministério da Fazenda. Estamos dando mais um passo para envolver jovens e cidadãos brasileiros em uma jogatina sem precedentes.</p>

<p>Os parlamentares da bancada evangélica foram contra a taxa dos jogos online, por acreditar que a medida poderia incentivar o vício. O presidente da Comissão, Arthur Lira (PP-AL), lembrou Eli Borges que o projeto já havia sido aprovado pela Casa em setembro e, posteriormente, pelo Senado, onde recebeu apoio dos evangélicos.</p>

<p>Se simplesmente não votarmos a regulamentação, os jogos deixam de existir? As pessoas deixam de jogar, as bets deixam de funcionar e de patrocinar times, eventos e torneios? Não, observou Lira. Aqui não estamos aumentando nem diminuindo, estamos tentando regulamentar e dar seriedade [ao setor], para evitar, por exemplo, lavagem de dinheiro, completou.</p>

<p>O relator da matéria ressaltou que é preciso regulamentar as bets, uma vez que a popularidade das apostas cresceu em todo país. Em acordo com a bancada evangélica, Viana retirou de seu parecer qualquer menção a jogos físicos. Queremos uma lei que, de forma definitiva, estabeleça que esses sites de apostas serão fiscalizados e tributados pelo país. Se aprovarmos o projeto, os jogos continuarão acontecendo sem fiscalização.</p>